

De: manzini manzini [mailto:gmtmanzini@gmail.com]

Enviada: sábado, 6 de Outubro de 2007 16:53

Para: ultramar@terraweb.biz

Assunto: Ultramar: Guerra Colonial - Generalidades

Meus cumprimentos a todos os patrícios portugueses.

Sou estudante de graduação em História pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, esta universidade esta localizada na cidade de Blumenau no estado de Santa Catarina-Brasil.

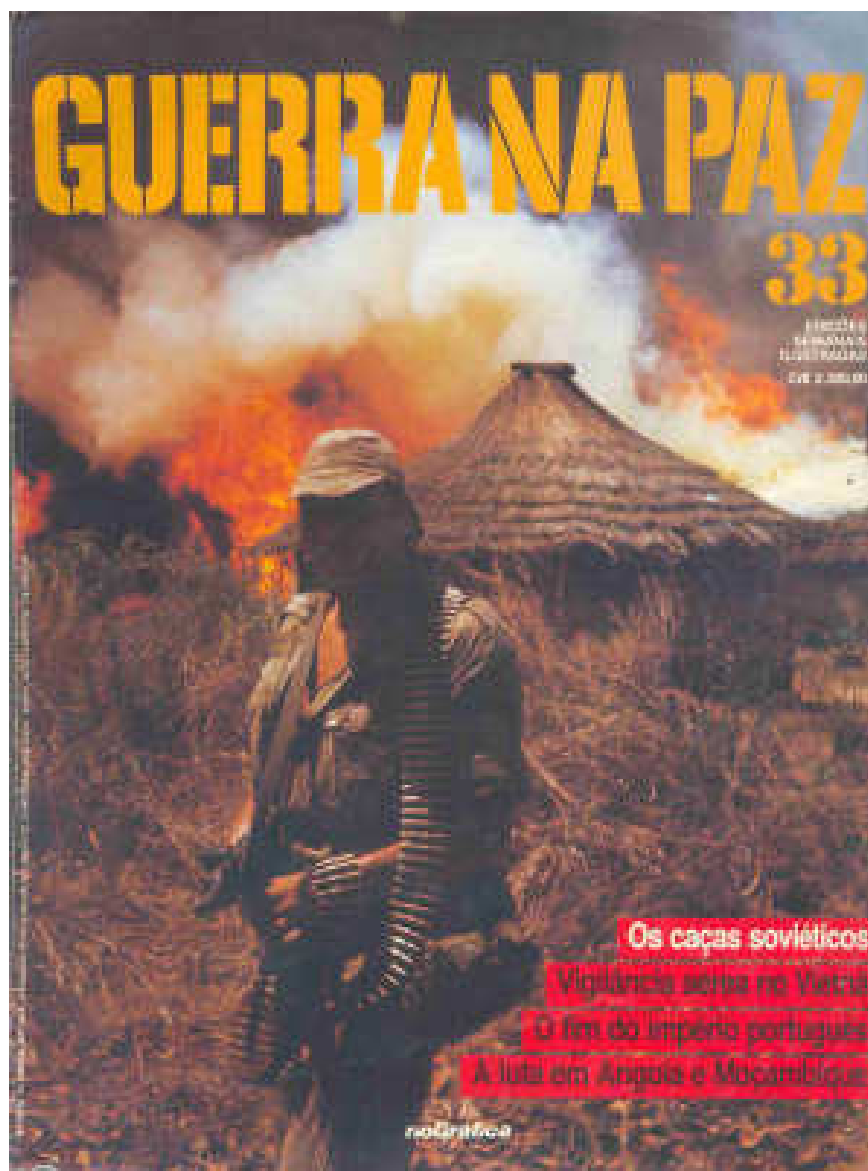
Depois de ingressar na universidade poderei então realizar uma grande vontade entre outras da historiografia militar, a Guerra Colonial portuguesa 1961-1975. Vosso site tem me proporcionado um relevante suporte para pesquisa, no Brasil faltam fontes para esta Guerra falada e escrita em português, sabemos aqui por exemplo muitos detalhes da Guerra do Vietnã, porém há uma lacuna sobre as guerras do Ultramar.

Tenho requisitado material, livros principalmente, na intenção de refinar minha pesquisa. Em um futuro próximo desejo submeter um artigo a publicações especializadas aqui no Brasil.

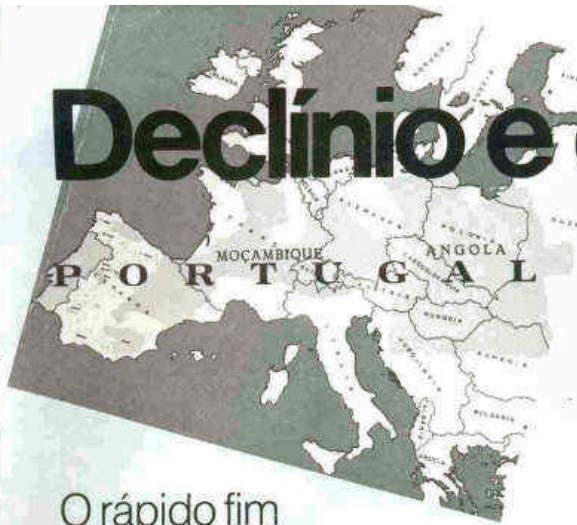
Envio-lhe imagens digitalizadas de uma publicação especializada que circulou no Brasil na década de 1980. Esta, especificamente, data de 1984. São imagens e texto sobre a Guerra Colonial portuguesa. Na intenção sempre de contribuir com vossos arquivos.

Atenciosamente
Giuliano Cappi Manizini.

Blumenau-SC Brasil.



Declínio e queda



O rápido fim do secular império português

De todas as potências coloniais europeias, Portugal foi a que demonstrou maior determinação em manter seus domínios. Os holandeses abandonaram a maioria de suas possessões ultramarinas em 1949, seguidos pelos belgas em 1960. A Inglaterra e a França renunciaram a grande parte de suas colônias no início da década de 60. A Espanha de Franco começou o processo de descolonização em 1968. Mas Portugal sob Salazar se recusava a seguir o mesmo caminho: foi o primeiro país europeu a estabelecer um império ultramarino e o último a abandoná-lo.

País pouco desenvolvido, Portugal não estava em condições de exercer o controle efetivo de suas possessões mediante o poderio econômico ou eventuais intervenções militares, como fizeram os franceses. Alguns dos territórios ultramarinos — particularmente Angola, com sua farta produção de petróleo, café, diamantes e minério de ferro de primeira qualidade — representavam uma significativa contribuição para a economia portuguesa, que naturalmente estava interessada em mantê-los.

Acima: Mapa do tempo de Salazar, usado nas escolas para ilustrar o slogan "Portugal não é um país pequeno", mas uma das maiores nações da Europa, considerando as colônias anexadas.

Abaixo: Ex-guerrilheiros angolanos são treinados por um instrutor português, que declara ter matado mais de cem adversários. O sucesso da campanha de promoção social e da política antiguerrilha gerou adesões ao regime.



A prolongada posse de vastos territórios coloniais alimentava o orgulho nacional, conferindo a Portugal um status entre as nações que dificilmente um país pequeno e pobre poderia ostentar. Os regimes autoritários dos primeiros-ministros António Salazar (1932 a 1968) e Marcello Caetano (1968 a 1974) sustentaram-se ao máximo na doutrina imperialista. As crianças aprendiam na escola a crer na grandiosa missão civilizadora de Portugal na África. Os portugueses não admitiam a idéia de que fossem colonialistas. Alegavam que as colônias integravam o Estado português, o que se formalizou em 1951, quando esses domínios foram declarados Províncias Ultramarinas de Portugal. Além disso, o objetivo de sua política de ultramar não era dominar ou explorar os nativos, mas fazer com que todos se tornassem eventualmente cidadãos portugueses, preceito incorporado à Constituição de 1933.

A população dos territórios africanos estava dividida em duas categorias: os nativos e os não-nativos. Mas entre os não-nativos foram incluídos, além de brancos, os mestiços e os assimilados. Um nativo podia alcançar o status de "civilizado" e então obter plena cidadania portuguesa. Na prática, isso ficava extremamente difícil. A escolaridade era exigência básica para que se conferisse a um africano a condição de assimilado. Numa situação crônica de falta de acesso à escola, em 1961 apenas 1% da população nativa dos territórios africanos de Portugal havia adquirido a condição de assimilados.

Comparados a outras colônias africanas, os territórios portugueses eram notavelmente isentos de discriminação racial, mas os nativos tinham assim mesmo motivos de queixa. Uma fonte de ressentimento era o sistema de contrato de trabalho, por meio do qual o governo obrigava os africanos a trabalhar nas colheitas de café, algodão e outras. O número de camponeses que dependiam das lavouras de subsistência aumentou muito na década de 50, o que afetou negativamente os excedentes agrícolas para exportação. Além do mais, os salários eram baixos e a crescente imigração de portugueses desempregados da metrópole levou à substituição dos negros mesmo nos trabalhos braçais. A evolução da indústria e dos serviços sociais era extremamente lenta.

Os movimentos de libertação

Nos anos 50 e início da década de 60 surgiram movimentos nacionalistas em todos os territórios portugueses na África, liderados ironicamente por mestiços e assimilados. Na Guiné e nas ilhas de Cabo Verde foi fundado, em 1956, o Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sob a chefia do mestiço cabo-verdiano Amílcar Cabral.

No mesmo ano, em Angola, Agostinho Neto e outros fundaram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de esquerda. Dois anos depois surgiu outro grupo, a União das Populações de Angola (UPA), que mais tarde se tornou a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), fundada por Holden Roberto, de orientação direita. O principal movimento nacionalista de Moçambique foi a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), comandada inicialmente por Eduardo Mondlane.

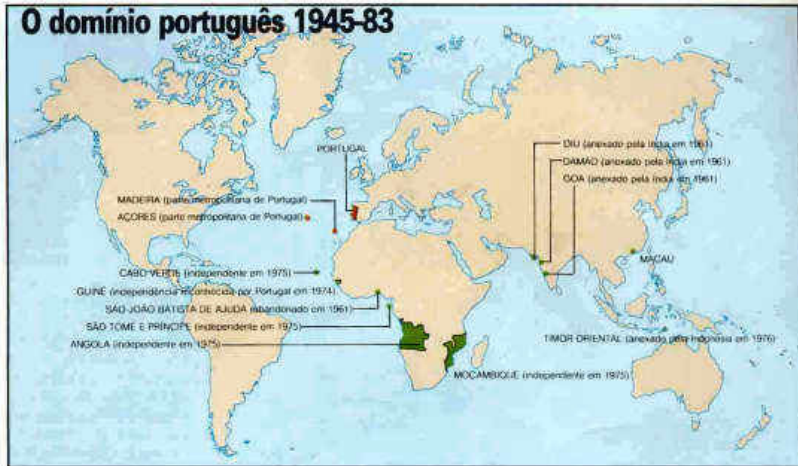
BOOK CENTER

Revistas Usadas 537

Rua 7 de Setembro, 1.038
BLUMENAU — S.C.

O IMPÉRIO PORTUGUÊS

O domínio português 1945-83



Abaixo: O general António de Spínola, comandante português na Guiné, convenceu-se da necessidade de repensar a política africana de Portugal. Chefe da Revolução de 1974, teve de renunciar pouco depois, por pressão das esquerdas.



Todos esses núcleos se tornaram cada vez mais ativos e recorreram à luta armada para expulsar o poder imperial português. Os primeiros a sucumbir foram os pequenos enclaves. Em agosto de 1961, o forte português de São João Batista de Ajuda, na costa do Daomé (hoje Benim), foi incendiado por tropas daquele Estado, que conquistara recentemente a independência, e seu único ocupante europeu, o governador português, foi enviado de volta a Lisboa. Em dezembro, 30.000 soldados indianos invadiram as possessões de Goa, Diu e Damão, que formavam a Índia Portuguesa, dominando os 3.500 defensores europeus.

Entre 1961 e 1964 tiveram início as guerrilhas nos três maiores territórios africanos, Angola, Guiné e Moçambique. Angola foi o primeiro a desencadear a luta, quando, em março de 1961, as guerrilhas da UPA massacraram centenas de brancos e milhares de negros leais aos ocupantes. Ataques posteriores vieram do MPLA e também de outro movimento guerrilheiro, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), dissidência da FNLA chefiada por Jonas Savimbi. Ao mesmo tempo, grupos nacionalistas deram início às operações de guerrilha na Guiné Portuguesa, em janeiro de 1963, e em Moçambique, em setembro de 1964.

A reação lusa foi hostil e inflexível. A tomada dos enclaves de Daomé e da

Índia não foi reconhecida. O governo de Salazar continuou reivindicando oficialmente aqueles territórios como partes integrantes da nação portuguesa. No caso das possessões africanas, a atitude era igualmente intransigente, porém muito mais prática: grande número de tropas foi enviado para combater as guerrilhas. Na década de 60, os portugueses aumentaram de forma sistemática suas forças no ultramar. O número de soldados passou de poucos milhares, em 1961, para 130.000, em 1964. A Guiné recebeu 30.000 soldados. Angola e Moçambique, 50.000 cada um. Foram enviados aviões e iniciaram-se as operações de contra-insurreição. Grande número de africanos foi transferido para as "aldeias estratégicas", onde permaneciam sem contato com os guerrilheiros.

Estabilização e impasse

Simultaneamente, houve reformas com o objetivo de esvaziar o conteúdo político das guerrilhas. A distinção entre nativos e não-nativos foi abolida em 1961. A partir desse momento, todos os negros passaram a ser considerados cidadãos portugueses. O sistema de contrato de trabalho foi proibido. Os serviços sociais tiveram rápida expansão, com a construção de escolas e clínicas. A indústria e os meios de comunicação também se desenvolveram.

Essas medidas — a contra-insurreição ao lado da campanha de promoção social — tiveram êxito razoável. Em contrapartida, os movimentos guerrilheiros obtiveram apoio e reconhecimento da Organização da Unidade Africana (OUA), mas, dentro dos territórios portugueses, quase nunca tinham condições de ultrapassar os limites de suas bases.

Em 1974, Portugal ainda mantinha, ao menos aparentemente, o domínio da situação militar. Em Angola, os três grupos nacionalistas estavam sob controle. A situação da Guiné, palco do sucesso inicial das guerrilhas, foi estabilizada pelos portugueses, entre 1968 e 1972, por seu comandante-chefe, general António de Spínola. Até em Moçambique, onde a conjuntura lhes era menos favorável, os portugueses mantinham barrados os guerrilheiros. Em 1974, podiam ainda orgulhar-se de que quase 60% de suas forças na África eram negras e de que a emigração branca para o ultramar tinha duplicado.

O IMPÉRIO PORTUGUÊS



Acima: O ditador António de Oliveira Salazar, incontestado chefe do governo português de 1932 a 1968 (quando deixou o poder por motivo de doença).

Entretantes, a desilusão tomara conta da população metropolitana. As guerrilhas estavam reprimidas mas não derrotadas, e a probabilidade era de que a guerra não tivesse fim. Além disso, seu custo se elevava muito, tanto em termos políticos quanto econômicos e humanos. A imagem de Portugal piorava e o governo perdia o apoio civil.

Os gastos com a defesa, proporcionalmente ao orçamento nacional, aumentaram de 25%, em 1960, para mais de 40%, no início da década de 70, piorando o nível de vida interno, que já era baixo. O recrutamento para as guerras da África representava então um escoamento dos jovens sem trabalho, apesar da crescente africanização das tropas portuguesas em ação. No final dos anos 60, a idade mínima para o serviço militar teve de ser reduzida e o tempo de caserna, estendido. Mas, acima de tudo, pesava o custo em vidas humanas: em 1974, Portugal já contava 11.000 mortos e 30.000 feridos, perda proporcionalmente maior que a dos Estados Unidos no Vietnã. Depois de treze anos de conflito, as forças da nação lusa estavam esgotadas.

Não foi, porém, o descontentamento ou a derrota militar que acabaram com a guerra, e sim um golpe

em Lisboa liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Esse grupo emergiu em 1973, não para fazer oposição à guerra, mas como reivindicação de jovens oficiais regulares — especialmente capitães e majores — por melhor situação profissional, e logo adquiriu caráter político. Quando o general António de Spínola, então chefe das tropas, foi demitido em março de 1974 por ter criticado a política do regime na África, o MFA decidiu agir. E em 25 de abril desfechou o golpe em Lisboa, derrubando o governo de Marcello Caetano e instituindo Spínola como novo chefe de governo. O levante, inerte, contou com entusiástico apoio popular e ficou conhecido como Revolução dos Cravos Vermelhos, pois o povo colocava essas flores nos capacetes e fuzis dos soldados em desfile pelas ruas de Lisboa.

A solução de Spínola para as guerras na África era confederar as províncias ultramarinas no mesmo nível de autonomia da metrópole. Esse projeto jamais se concretizou. O MFA radicalizou para posições de esquerda e, passados seis meses, Spínola teve de renunciar, instituindo-se um poder colegiado que adotou política de retirada rápida e total das colônias africanas. Sem consultar as respectivas populações, o governo passou o poder para o PAIGC na Guiné, em setembro de 1974, para a Frelimo em Moçambique, em junho de 1975; e para a frente composta por MPLA—FNLA—UNITA em Angola.

Entretanto, na data da independência formal, em novembro de 1975, Angola já amargava uma guerra interna dos três movimentos de libertação. São Tomé e Príncipe, bem como as ilhas de Cabo Verde, também se tornaram independentes em 1975 e Timor foi anexado à Indonésia em 1976. Macau foi o único território ultramarino a permanecer português. O império que durou quatrocentos anos deixou de existir em apenas dois. Δ



Após a Revolução de 1974, Portugal rapidamente abandonou seu império na África. Em setembro, foi declarada a independência da Guiné (ao lado, a bandeira de Portugal arriada). Em Angola instituiu-se um governo de unidade nacional, em novembro de 1975, com cenas de júbilo em Luanda (abaixo).





Três grupos guerrilheiros para uma só revolta **Angola**

Angola foi a primeira das colônias portuguesas na África a experimentar o trauma da insurreição e da contra-insurreição. Em janeiro de 1961, os angolanos de uma seita cristã dissidente dirigida por António Mariano desencadearam uma campanha contra o cultivo forçado de algodão no planalto central, destruindo colheitas e propriedades europeias. Os portugueses revidaram rapidamente e o conflito terminou, sem obter repercussão na imprensa mundial.

Quando, em 22 de janeiro de 1961, o capitão Henrique Galvão, ex-administrador colonial de Angola, seqüestrou um navio mercante português no Caribe e anunciou sua intenção de chegar a Luanda, capital angolana, para incrementar a revolta, essa atitude espetacular mobilizou os meios de comunicação. E em 4 de fevereiro, quando repórteres e cinegrafistas se reuniam em Luanda à espera de Galvão (que na realidade nunca chegou), a penitenciária e dois quartéis de polícia foram atacados por algumas centenas de africanos. Organizados pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956, esses ataques fracassaram diante da severa e indiscriminada repressão, que quase liquidou o movimento nacionalista na capital.

Em 15 de março de 1961, outro grupo nacionalista, a União das Populações de Angola (UPA), valeu-se da então recente independência do Zaire (Congo ex-Belga) para rebelar todo o Norte.

Essa revolta centrou-se na tribo bakongo, que constituía a principal força da UPA. Os bakongos sentiam-se especialmente injustiçados pelo fato de seu trono ter sido usurpado por um interventor português, de fé católica, enquanto a maioria deles, inclusive o líder da UPA, Holden Roberto, tinha sido educada por missionários batistas. A rebelião dos bakongos — numerosos mas mal equipados — revelou fortes componentes de racismo, fetichismo e tribalismo, pela maneira como massacraram e mutilaram várias centenas de brancos e milhares de mestiços, bem como negros assimilados e de outras tribos — o caso dos ovimbundus, do Sul, tidos por leais aos portugueses.

O MPLA, cujas forças sofreram ataques da UPA, combatia o tribalismo e o racismo. Sua liderança era dominada por mestiços como Viriato da Cruz e negros assimilados como o médico e poeta (em língua portuguesa) Agostinho Neto. De ideologia marxista (pró-soviética), o MPLA aspirava a conquistar adeptos nacionais entre todas as raças e tribos; apesar de, na prática, ter recrutado amplamente suas fileiras na tribo mbundu, nas regiões próximas à capital.

Massacre e revide

A revolta dos bakongos tomou os portugueses de surpresa, já que as autoridades tinham ignorado os

Acima: Tropas de Portugal bombardeiam posições do MPLA, no Norte de Angola, com artilharia pesada.

ANGOLA 1961-84



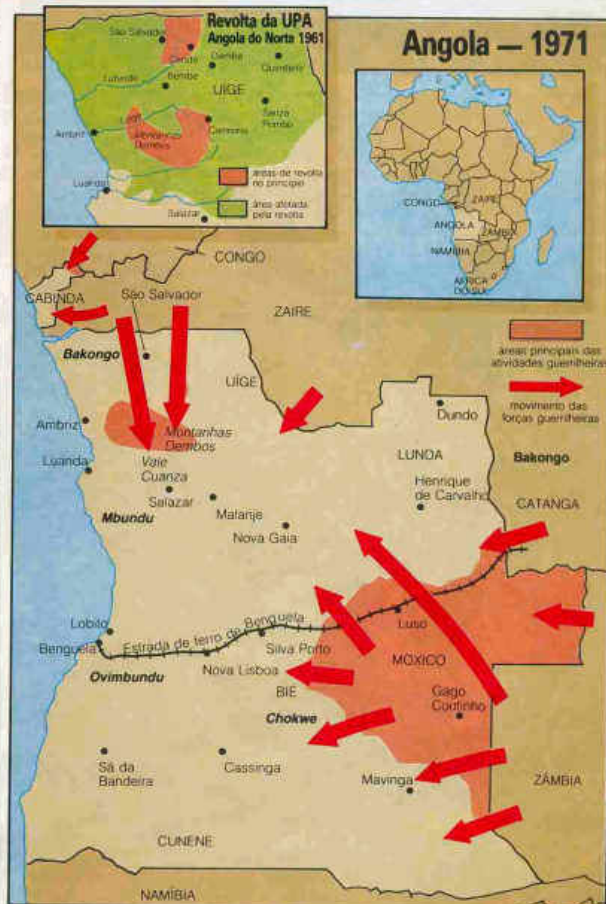
À esquerda: Grande quantidade de material bélico dos guerrilheiros, apreendida por tropas portuguesas. Apesar da variedade — carabinas, granadas, morteiros, bombas e uma submetralhadora — a amostra revela que os nacionalistas angolanos não estavam bem equipados.

informes secretos sobre a iminência dessa ação. Ela ocorreu dois meses antes que pudessem organizar uma resposta militar à altura. Nesse período, colonos brancos e negros a eles leais defenderam fazendas e cidades da melhor maneira possível. Quando houve oportunidade, os brancos realizaram contra-ataques sangrentos, incendiando aldeias e matando os nativos que não estavam do seu lado, às vezes longe do local da rebelião: membros da tribo mbundu, por exemplo, foram massacrados no vale de Cuanza e prendeu-se grande número de assimilados, em todo o país.

De maio a outubro de 1961 o Exército português readquiriu o controle sobre a maior parte da Região Norte. Os bakongos fugiram em massa para a selva ou em direção à fronteira com o Congo e milhares morreram em combate, ou vítimas de represálias, ou em consequência de fome e doença. Fracos e sem liderança, muitos voltaram às aldeias e fazendas sob controle português.

Assim, de 1961 em diante, Angola nunca mais esteve em paz. Inevitavelmente houve cisões dentro do movimento nacionalista. Agostinho Neto expulsou seus rivais para se tornar o líder incontestado do MPLA em 1963, enquanto o "chanceler" de Holden Roberto, Jonas Savimbi, se desligou da UPA em 1964 para formar, dois anos depois, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), condicionada basicamente ao apoio das tribos ovimbundu e chokwe, do Sul. A UPA deu origem em 1962 à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e no ano seguinte fundou um governo no exílio, reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA).

É difícil determinar o número exato de guerrilheiros em luta contra os portugueses em qualquer período. Apesar de a FNLA ter anunciado que somava 10.000 homens em 1972, é pouco provável que mais de 6.000 estivessem sob as ordens de Roberto. Na realidade, depois de a primeira rebelião ter sido controlada no Norte, a FNLA agia apenas esporadicamente, a partir de seus refugiados no Zaire, embora bolsões de guerrilheiros continuassem agindo nas montanhas Dembos por muitos anos. A FNLA tentou criar uma espécie de "minitrilha Ho Chi Minh" até Dembos, através dos pântanos costeiros,



541

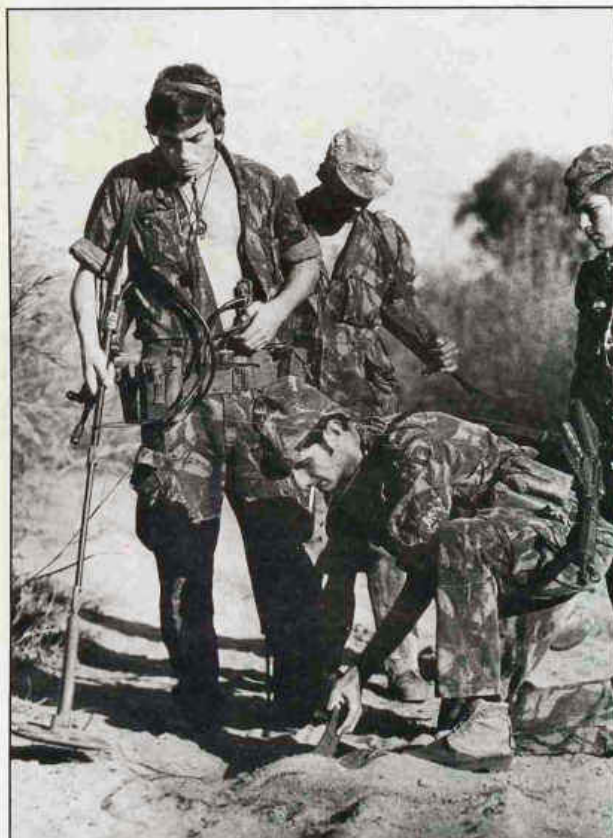
ANGOLA 1961-84



A esquerda: Civis negros e portugueses, armados e prontos para defender sua cidade, no Norte de Angola, contra ataques dos guerrilheiros.

Abaixo: Minas nas estradas foram a causa da maior parte das baixas ocorridas nas tropas portuguesas, como esta detectada pelos soldados.

Abaixo, à direita: Um caminhão desvia-se da estrada para evitar obstáculos simples mas eficazes dos guerrilheiros.



mas aparentemente não teve êxito. O movimento de Roberto foi aos poucos perdendo o apoio da OUA, que enfim suspendeu o aval ao governo revolucionário no exílio, em 1971, enquanto o MPLA estava desde 1968 reconhecido por todos os Estados africanos independentes.

Em certo momento, o MPLA declarou ter sob controle 50% da colônia. Mas é pouco provável que mais de uma pequena porção de seus guerrilheiros, estimada entre 3.000 e 5.000, estivesse atuando permanentemente dentro de Angola. Tendo começado sua campanha pela tentativa de infiltração no enclave de Cabinda, a partir da República Popular do Congo (antigo Congo Francês), em 1963-64, o MPLA não obteve apoio local e foi obrigado a transferir suas bases principais para Zâmbia, que se tornou independente em 1964. O MPLA abriu então a "frente leste" nas regiões de Moxico e Bié em 1966 e 1967, mas em 1974 suas forças tinham sido dispersadas pelos portugueses. O movimento recuou uma vez mais para a República Popular do Congo. O núcleo original do MPLA, composto de 350 guerrilheiros, foi treinado na Argélia e os recrutas continuaram recebendo treinamento não só nos países que os abrigavam mas também na Bulgária, Tchecoslováquia e União Soviética.

Apenas a UNITA de Jonas Savimbi operou permanentemente no território angolano, após ser expulsada de Zâmbia em consequência dos ataques à estrada de ferro Benguela, vital para a economia do país. Mas a UNITA parece não ter contado com mais de trezentos guerrilheiros em 1970 e estava mais preocupada com ações políticas. Sua orientação socialista pró-Pequim fez com que seus membros fossem conhecidos como "os chineses negros".

Os portugueses aumentaram rapidamente o número de tropas em Angola, passando de 3.000 homens em 1961 para aproximadamente 60.000 em 1970, com cerca de 35% de soldados negros. Esse total exclui um grande número de voluntários bran-



cos e de milícias negras que se levantaram para a defesa local.

Agindo nas savanas

Em muitos aspectos a sorte favoreceu os portugueses. Além de Angola ter mais de 4.800 km de fronteira para defender em seus 1.246.700 km², era um dos países do mundo menos povoados (pouco mais de 6 milhões de habitantes). As regiões orientais, por exemplo, eram na maioria planícies sem vegetação. O solo arenoso impedia a construção de estradas, o que, em compensação, significava uma vantagem para os caminhões portugueses que podiam passar através das savanas, reduzindo a eficácia das minas colocadas pelos guerrilheiros. Ainda assim as minas foram responsáveis por mais de 50% das baixas ocorridas entre as tropas portuguesas em 1970, o que indica como eram raros os choques diretos entre as forças de combate e os guerrilheiros.

Em 1966, 1968 e 1972, uma combinação de bombas leves, helicópteros Alouette adquiridos por Portugal e patrulhas reforçadas por unidades de elite permitiu maiores êxitos numa área guerrilheira destituída de cobertura. O MPLA sofreu duros golpes ao tentar fazer suas colunas avançarem através da savana do Leste em direção a sua base de apoio "natural" nas redondezas de Luanda e Dembos, em 1968 e 1970. E sempre havia o problema do transporte das provisões necessárias para realizar as incursões de longa distância mas de curto prazo, por eles preferidas.

As forças portuguesas tinham enormes vantagens pelo fato de manterem o monopólio aéreo, mas sua participação na OTAN as impedia de obter e usar aviões relativamente modernos em Angola. De qualquer modo, a Força Aérea portuguesa não foi desafiada como em outras colônias e se provou útil para o suprimento das tropas em Dembos, bem como nas operações no Leste. A chegada das chuvas, provocando nuvens baixas e crescimento da vegetação na savana oriental, deu aos guerrilheiros um



Um país semi-ocupado

Em 1984, o governo angolano não tinha ainda o pleno controle de seu território: cerca de 2.000 combatentes da UNITA, contrária ao regime marxista de Luanda, operava nas províncias meridionais, sustentados pela África do Sul. Outro terço do país permanecia transformado em campo de batalha. Para completar, o governo do presidente José Eduardo dos Santos, confinado à área restante, abrigou no Sul os guerrilheiros da Organização do Povo do Sudeste Africano (SWAPO), movimento que luta pela libertação da vizinha Namíbia. Embora esse antigo protetorado sul-africano, rico em urânio e diamantes, fosse considerado independente pela ONU, a África do Sul recusava-se a sair dali enquanto as tropas cubanas de 25.000 soldados que ajudavam Angola não se retirassem por completo.

Em agosto de 1981, colunas blindadas sul-africanas atacaram redutos da SWAPO em terras angolanas, procurando também desmantelar bases de lançamento de mísseis soviéticos SAM-6 ao longo do rio Cunene e criar uma área-tampão junto à fronteira com a Namíbia, que seria entregue à UNITA.

Por sua vez, de meados de 1982 ao começo de 1983, os homens de Savimbi tomaram cidades na região Central de Angola, matando religiosos brancos e fazendo reféns tchecos e portugueses, além de seqüestrar o arcebispo de Lubango.

Com isso, ficou mais difícil para o governo de Luanda abrir mão da ajuda cubana. A retirada desta foi condicionada, em março de 1984, a que o acordo de cessar-fogo entre angolanos e sul-africanos, obtido por intercessão da ONU, se convertesse efetivamente em pacto de não-agressão.

pouco de trégua. Mas a Aviação portuguesa passou a ser usada em ataques à floresta de Kimbos, de onde tiravam alimentos.

Numa guerra travada à margem da alta tecnologia militar, os portugueses procuraram restringir a influência da guerrilha por meio da dispersão da população em aldeamentos estratégicos. Isso foi originalmente realizado na região de Uíge depois da rebelião de 1961, mas se expandiu até o início do programa de recolonização do Leste, em 1967.

O "reordenamento"

Essa política nem sempre foi colocada em prática com a necessária cautela, empregando-se mais recursos na construção de estradas do que na conquista de apoio civil nos aldeamentos, apesar do emprego das tropas portuguesas em programas de saúde e promoção social. As autoridades coloniais divergiram quanto aos méritos de expandir a recolonização para regiões distantes dos combates. O chamado "programa de reordenamento" no centro e no Sul de Angola parecia ter como objetivo antes ceder terras para a colonização branca do que controlar a extensão da revolta. Ao todo, mais de 1 milhão de pessoas, ou 20% da população nativa, foi deslocado, despertando desconfianças e afetando consideravelmente a produção agrícola.

Apesar das deficiências das Forças Armadas portuguesas, os guerrilheiros de Angola sempre estiveram confinados em regiões afastadas da população e na fase final do conflito as bases do MPLA sofreram bombardeios de longa distância. Alvos vitais, como as instalações da Gulf Oil no enclave de Cabinda (exploradas a partir de 1966), as importantes minas de ferro de Cassinga e as vastas fazendas do Norte, jamais foram seriamente ameaçados. Há evidências de que as obras da grande usina hidrelétrica de Cunene, no Sul de Angola, foram defendidas por tropas sul-africanas, enquanto as minas de diamante Diamang, de Lunda, tiveram a proteção de forças mercenárias que se deslocaram de Catanga, província do Zaire.

ANGOLA 1961-84



Acima: Jonas Savimbi, protegido por um guarda-costas, fala à multidão de seguidores. Ele rompeu com a UPA em 1964 para fundar a UNITA.



À esquerda: Um típico guerrilheiro do MPLA, com metralhadora soviética de 7,62 mm e cinto de munição.

À esquerda: Canhão antiaéreo operado por um rebelde contra os ataques a baixa altura da Aviação portuguesa.



544

O desgastado governo português do primeiro-ministro Marcello Caetano declarou que menos de 2% do território de Angola estava sob o controle da guerrilha em 1973. Certamente, quando o movimento de 25 de abril de 1974 pôs fim a quase meio século de regime salazarista, os guerrilheiros estavam longe da vitória. O novo governo de Portugal assinou com os chefes dos movimentos de libertação angolanos o documento conhecido como Acordo de Alvor, que fixou para o dia 11 de novembro de 1975 a data para a retirada lusa e a emancipação definitiva da colônia. Muito antes disso, porém, o litígio entre os três grupos guerrilheiros, de orientações diferentes, degenerou em guerra civil, em meio a uma onda de assassinatos e violência.

Em desrespeito ao Acordo de Alvor, a FNLA, o MPLA e a UNITA não conseguiram instaurar um governo de transição nem formar um exército nacional — e tampouco permaneceram nas regiões onde já estavam consolidados politicamente. Entre 29 de abril e 4 de maio de 1975, cerca de setecentas pessoas morreram em Luanda, em decorrência de choques entre a FNLA e o MPLA.

A extensão do impasse fez Portugal anular o tratado, nomear um administrador colonial para cuidar da retirada discreta das tropas lusas e passar o poder sem ato formal de entrega. Portugal deixava claro que não apoiava nenhuma das facções e que pretendia ficar afastado da política interna angolana.

Sob o governo de Agostinho Neto, do MPLA, a ajuda estrangeira que antes se limitava ao envio de armas converteu-se em intervenção. Em dezembro de 1975, a África do Sul ocupou militarmente, com 12.000 soldados, 40 km² do território angolano e a fronteira com a Namíbia. Os EUA canalizaram 50 milhões de dólares em auxílio ao FNLA e à UNITA, além de tropas mercenárias e aviões operando a partir do Zaire. Vetadas tais ações pelo Congresso americano, no início de 1976 também o governo sul-africano retirou suas tropas, percebendo estar isolado na guerra ao MPLA, que era apoiado pela URSS e por Cuba, além de reconhecido por grande parte das nações africanas como poder legal em Angola. Mudavam os rumos do conflito a favor do MPLA, cujas milícias tomaram Huambo, segunda maior cidade angolana, e as bases da UNITA em Silva Porto.

Consolidado no poder, Agostinho Neto procurou estruturar seu governo e enfrentar os problemas de alimentação, saúde e habitação que sufocavam o país. Mas sua vitória não extinguiu as ofensivas do FNLA e da UNITA. Esta ocupou em 1977 quatro cidades da fronteira sudoeste, sabotou a estrada de ferro de Benguela em vários pontos, explodiu hotéis em Lobito e atacou o aeroporto de Bié, passando a controlar, segundo seus porta-vozes, dez das dezesseis províncias de Angola.

Depois de conjurar, em dezembro de 1978, uma tentativa de golpe de Estado, liderada pelo então ministro do Interior Nito Alves, Agostinho Neto foi hospitalizado em Moscou. Morreu em 10 de setembro de 1979. O processo sucessório, envolvendo os radicais e os moderados do MPLA, resolveu-se pela designação de José Eduardo dos Santos como presidente, que manteve as diretrizes anteriores: reduzir a dependência da URSS, promover uma abertura pró-ocidental e restabelecer relações com antigos inimigos, como o Zaire, além de adotar uma atitude reconciliadora para com Portugal. Mas a presença da UNITA e o problema da Namíbia impediriam Angola de tratar de sua recuperação em paz. Δ

Guiné

A revolução vai ao arquipélago

A Guiné (atual Guiné-Bissau) era a menor e mais pobre das colônias portuguesas na África. Com 40% de sua área de 36.925 km² (menos que o Estado do Espírito Santo) alagada, jamais foi objeto de maiores investimentos. Por exercer pouca atração sobre os colonizadores, boa parte das terras — onde se cultivava amendoim e cria gado — permaneceu de posse dos nativos, apesar da presença de grandes empresas lusas, como a Companhia União Fabril (CUF). Cabo Verde, administrativamente vinculada à Guiné, tinha grande importância estratégica para o Ocidente no controle das rotas comerciais do Atlântico.

Foi na Guiné que surgiu o mais sofisticado grupo guerrilheiro de combate a Portugal — o Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) —, que lhe causou perdas proporcionalmente maiores do que em Angola e Moçambique.

O PAIGC foi fundado em 1956 por Amílcar Cabral, um mestiço cabo-verdiano, agrônomo formado em Portugal. Inicialmente, o movimento recrutou os negros assimilados das cidades e os trabalhadores portuários de Bissau, a capital, bem como os jovens sem raízes emigrados do campo para as vilas. Muitos provinham da tribo balanta, que compreendia 31% da população de 700.000 habitantes, e isso acarretou problemas para o PAIGC, devido aos atritos entre os balantas e a liderança cabo-verdiana. Se animistas como os balantas podiam ser atraídos pelo programa revolucionário e igualitarista do PAIGC, as tribos mais hierarquizadas, como a dos fulas muçulmanos (12% da população), o rejeitaram. E metade dos 30.000 soldados lusos que combateram na Guiné eram nativos.

À direita: Amílcar Cabral, fundador do PAIGC. Influente teórico, tratou dos problemas centrais da política africana: unir aspirações da elite intelectual àquelas das massas rurais.



Depois de 1959, quando os portugueses massacraram grevistas no porto de Bissau, Cabral deu início aos preparativos para a guerrilha rural. Estabeleceu seu quartel-general em Conacri, capital da vizinha e recém-independente República da Guiné (chamada Guiné-Conacri, para distingui-la da Guiné Portuguesa, ou Guiné-Bissau), recebendo o apoio da União Soviética e da Organização da Unidade Africana (OUA).

Na realidade, a primeira ação foi realizada não pelo PAIGC, mas pela Frente para a Libertação e Independência da Guiné Portuguesa (FLING), uma coalizão de grupos africanos que nutriam especial aversão aos cabo-verdianos. Mas a FLING teve vida curta. Em janeiro de 1963, o PAIGC iniciou suas ações atacando Buba, Tite e Fulacunda. Com apenas duas companhias de infantaria, os portugueses foram obrigados a passar à defensiva e, no final do ano, o PAIGC já controlava 15% do território.

Canoas e botes de borracha

A forma de combate foi amplamente determinada pela natureza do terreno: baías, rios e pântanos não permitiam fácil movimentação para ninguém. Os guerrilheiros usavam canoas, enquanto os portugueses empregavam marinheiros e fuzileiros navais em botes-patrolhas (de borracha) e navios de assalto.

Os primeiros alvos da guerrilha foram a tribo fula, armada pelos portugueses, e os postos comerciais e armazéns da CUF. Concentrou-se ainda o PAIGC nos aspectos políticos da insurreição, criando as chamadas "zonas liberadas" que, segundo ele, constituíam 80% da colônia em 1971. Nelas foram abertas escolas, ambulatórios, comitês, tribunais e lojas populares. A guerrilha espalhou-se do sul para o leste em 1966 e para o norte em 1967, quando o Senegal lhe abriu as fronteiras. Em 1971, já estimados em 7.000, os guerrilheiros atuavam em grupos de até 120 homens. Agiam principalmente à noite, em operações-relâmpago, e voltavam a seus refúgios no Senegal ou na República da Guiné.

Os números fornecidos pelo PAIGC, em 1967, indicam os tipos de atividades empreendidas, reivindicando 142 ataques a acampamentos e quartéis, 22 incursões em campos de aviação e portos e 476 emboscadas. Gradativamente, as ações evoluíram para a colocação de minas nos rios e nas estradas, ou



GUINÉ 1963-84

Massacre no cais do porto

"Em 3 de agosto (1959) reunimo-nos em Pidjiguiti. Éramos cerca de quinhentos homens, mas ninguém trabalhou, nem no cais, nem nos barcos. (...) Aproximadamente às 4h30 chegaram vários caminhões de policiais armados. Primeiro eles fecharam o portão e então nos mandaram de volta ao trabalho. Como ninguém obedeceu, começaram a descer lentamente pelo molhe, apinhado de grevistas.

"Meu velho amigo Ocante Atobo estava recostado na parede do escritório. Quando a fileira de policiais chegou ao lugar onde ele estava, subitamente um oficial sacou o revólver e atirou em seu peito. Ocante roçou numa poça de sangue. Então virou um inferno. Os policiais desceram pelo molhe, atirando à esmo na multidão.

"Quando o massacre terminou, vi mortos e feridos por todos os lados. (...) Por três dias tive de depor na polícia perante o administrador, que queria saber quem tinha organizado a greve. Minha resposta era sempre a mesma: "Nós todos a organizamos, nossos salários são tão baixos que não nos restava alternativa". Uma mensagem de Amílcar Cabral começou a circular secretamente entre nós. Ele dizia que a data de 3 de agosto jamais seria esquecida."

João Emílio Costa, portuário guineense.

bombardeios a longa distância, com projéteis de 122 mm, adotados a partir de 1971. Depois, um maior número de instrutores viria a envolver-se na luta: um cubano foi capturado pelos portugueses em 1969 e outros quatro foram mortos em 1970. Nigerianos pilotavam aviões de reconhecimento Mig 17 desde 1971.

Após o fracasso de um vigoroso ataque português à ilha de Como, em fevereiro de 1964, as forças coloniais recuaram e limitaram-se a sustentar sua linha de trincheiras, protegidas por morteiros de 140 mm. Entretanto, Arnaldo Schultz, comandante-chefe português a partir de maio de 1964, tratou de equilibrar a situação e deu início a um programa de repovoamento, transferindo 120.000 guineenses para os aldeamentos. Mas Antônio de Spínola, seu sucessor, chegou em 1968 com poderes absolutos sobre a administração civil e militar e pôs fim à estratégia anterior. Identificável por seu monóculo e chicote de montaria, Spínola melhorou o moral das tropas.

Sob o slogan "Uma Guiné melhor", Spínola deu início a um energético programa de "contra-revolução social", a fim de conquistar a população guineense. O Exército, enquanto instrumento de seu programa político, construiu mais de 15.000 casas, 164 escolas e quarenta hospitais, ao mesmo tempo que tratou de aumentar a produção pecuária. O general alegava ter conquistado 3.000 refugiados em um ano, vindos dos países vizinhos de volta à Guiné. Também desativou guarnições isoladas e começou a asfaltar estradas, para eliminar a ameaça das minas.

A eficácia da contra-revolução cresceu com a aquisição de doze helicópteros Alouette. Três ou quatro estavam sempre à disposição para operações táticas de apoio. Isso significava uma importante ajuda, num país em que os pontos mais distantes ficam a trinta minutos de voo de Bissau.

De qualquer modo, o Exército português pouco pôde fazer contra os redutos da guerrilha além das fronteiras internacionais. Raramente as atravessava, mesmo nos momentos de perseguição mais intensa. Entretanto, reprimiu em novembro de 1970 um desembarque de exilados armados na República da Guiné, a ex-colônia francesa independente desde 1958.

Supõe-se que as forças de segurança também estiveram implicadas no assassinato de Amílcar Cabral em Conacri, por um dissidente, em janeiro de 1973, mas a conspiração refletia as rivalidades internas entre os líderes continentais da Guiné e os cabo-verdianos. Em 1974, o comando do PAIGC passou para o irmão de Amílcar, Luís Cabral.

Equipamentos mais sofisticados chegavam ao PAIGC continuamente e o poderio aéreo português foi desafiado pela primeira vez, em março de 1973, por mísseis soviéticos SAM-7. Spínola retornou a Portugal convencido de que uma mudança radical na política portuguesa na África era urgente. Com isso, precipitou a queda do regime de Marcello Caetano. Mas, nas própria Guiné, apesar da proclamação de uma "República independente" nas zonas liberadas pelo PAIGC, em setembro de 1973, a situação militar não sofrera maiores alterações.

Com a Revolução dos Cravos Vermelhos em Portugal, em abril de 1974, a luta na colônia africana cessou rapidamente. Os portugueses admitiram que 1.875 soldados foram mortos em combate na Guiné (sem contar os efetivos das tropas compostas por negros), contra 6.000 a 12.000 perdas do lado dos guerrilheiros. Abriram-se negociações em maio de 1974 e pelo acordo, firmado em Argel, os portugueses completariam a retirada em outubro. O PAIGC, liderado por Luís Cabral, assumiu o governo e o país se tornou independente em setembro de 1974.

Concordando com o direito de livre determinação do povo de Cabo Verde, o governo de Luís Cabral procurou normalizar as relações com a maioria dos países africanos, URSS e Portugal, mas não deixou de levar a julgamento vários partidários do regime colonialista. Milhares de refugiados voltaram e mais de 40.000 guineenses deslocados durante os conflitos foram recambiados às origens.

Em maio de 1975, a Assembléia Nacional Popular decidiu estatizar toda a terra e confiscar propriedades dos colaboracionistas. A política de desenvolvimento agroindustrial executada conjuntamente pelos governos de Guiné-Bissau e Cabo Verde (cujos chefes de governo eram co-secretários-gerais do PAIGC) implicou a aceitação de capitais estrangeiros; uma refinaria de açúcar foi projetada com verbas holandesas e o país se endividou.

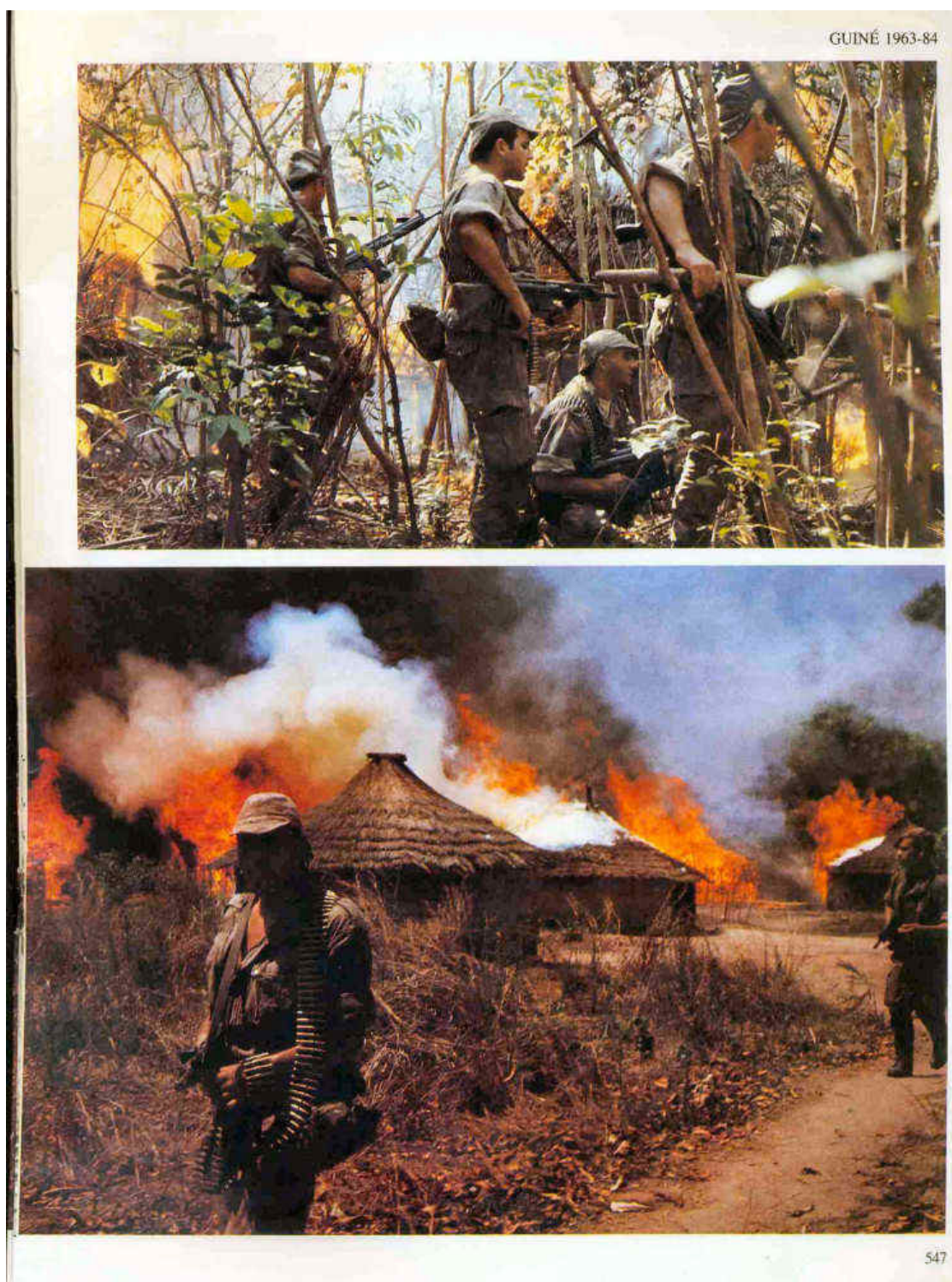
A excessiva centralização do poder foi o motivo alegado pelo primeiro-ministro João Bernardo Vieira (o ex-"comandante Nino" da guerra revolucionária) para depor o presidente Luís Cabral por meio de um golpe dado em novembro de 1980 e condenado pela seção cabo-verdiana do PAIGC, que assim formou um partido autônomo.

Acusando a administração anterior de desastrosa do ponto de vista econômico, Vieira aproximou-se do bloco socialista e rompeu de vez com o dirigente de Cabo Verde, Aristides Pereira, ao acusá-lo de cumplicidade com Cabral em chacinas de oposicionistas (quinhentos corpos foram encontrados em enormes valas comuns perto de Bissau, em novembro de 1980). Após desistir de levar ambos a julgamento, em 1981, Vieira formou um governo provisório, que continuou dependente da ajuda soviética. Δ

A direita e embaixo:

Portugueses avançam em direção a uma aldeia suspeita de fornecer abrigo aos guerrilheiros, em 1972. Naquela época, as forças coloniais tinham conseguido estabilizar a situação militar e o programa de "contra-revolução social" desenvolvia-se bem. Apesar de tudo isso, os combates permaneciam árduos, já que os guerrilheiros acumulavam considerável arsenal, inclusive mísseis terra-ar, nas áreas que controlavam, enquanto inexperientes recrutas de Portugal se viam obrigados a lutar nos pântanos e florestas.







Moçambique

A Frelimo sustenta a longa luta

Na seqüência das explosões insurrecionais de Angola (1961) e da Guiné (1963), Portugal preparou-se para enfrentar uma repetição dos fatos em Moçambique. Na época em que a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) realizou sua primeira ação, em 25 de setembro de 1964, já havia 16.000 soldados portugueses prontos para combatê-la.

As bases principais da Frelimo — criada em 1962 por Eduardo Mondlane após a fusão de três grupos nacionalistas — estavam na Tanzânia, separada de Moçambique por uma vasta barreira natural, o rio Rovuma. No início os revoltosos restringiram suas atividades à região de Cabo Delgado, no Nordeste do país. Era ali, no planalto de Mueda, que vivia a tribo dos macondos, sua maior fonte de apoio. Os macondos, porém, representavam apenas 2% da população total de Moçambique, que chegava a 9 milhões na época. Qualquer tentativa da Frelimo para avançar em direção ao sul a colocava em contato com as áreas ocupadas pela grande tribo muçulmana dos macuas, com cerca de 40% da população e tradicional inimiga dos macondos. Por isso mesmo, os macuas foram amplamente recrutados pela administra-

Acima: Alguns dos 16.000 soldados portugueses enviados a Moçambique para combater as ameaças da Frelimo, equipados com armas semi-automáticas de 7,62 mm (típicas da OTAN).

À direita: Samora Machel, líder da Frelimo desde 1974, tornou-se presidente de Moçambique, com a independência concedida em 1975.



MOÇAMBIQUE 1964-84

ção colonial, assim como os muçulmanos yaos, do distrito de Niassa.

Mal-sucedida no início, a Frelimo estendeu em 1967 suas operações até Niassa, onde os nativos do grupo nianja se mostraram dispostos a colaborar. As ações rebeldes consistiam essencialmente em ataques rápidos e fuga imediata, embora os militantes da guerrilha tenham aumentado em 1966 — quando atingiram a força máxima, de 6.000 a 8.000 homens. A maioria das perdas portuguesas foi causada pelas minas. Os portugueses tentaram solucionar o problema colocando soldados à frente das patrulhas, a fim de sondar o terreno com bastões, ou enviando caminhões Berliet, com pneus cheios de água para resistir às explosões. Mas a solução a longo prazo estava no asfaltamento das estradas, já que a lama facilitava a colocação de minas. No auge desse programa, os portugueses asfaltaram 1.400 km de estradas por ano, mais do que a Inglaterra conseguiu fazer na Malásia ou os Estados Unidos no Vietnã.

A infiltração da Frelimo nos distritos de Niassa e de Cabo Delgado colocou sérios problemas para Portugal. Quando o poderoso general Kaulza de Arriaga assumiu em 1969 o comando da contra-insurreição, a liderança guerrilheira — que já perdera Jaime Sigaube em 1966 e Eduardo Mondlane em 1969, ambos assassinados por agentes da PIDE, a polícia política portuguesa — decidiu realizar ataques em larga escala. Na Operação Nó Górdio, no verão de 1970, foram empregados 10.000 soldados, na tentativa de afastar os insurretos de toda a Região Norte. Chegando de surpresa, os portugueses desfecharam bombardeios de artilharia, seguidos de ataques de pára-quedistas, retirada de minas e consolidação das posições de infantaria.

Arriaga proclamou a morte de 651 guerrilheiros e a captura de 1.840, nos sete meses em que durou a Operação Nó Górdio. Esta, por certo, interrompeu a infiltração guerrilheira no Norte, mas sofreu críticas pelo alto custo em dinheiro e em vidas (estima-se em 1.045 as baixas portuguesas somente em 1971).

Vinculada à ofensiva no Norte, havia uma extensa rede de aldeamentos estratégicos destinada a confinar quase 1 milhão de habitantes. O plano de Arriaga era criar uma "fronteira humana" ao longo do rio Rovuma, com sucessivos povoamentos ligados por estradas, de acordo com o modelo de aldeia construída em Nangade para abrigar 2.500 pessoas. Esse programa teve êxito apenas relativo, pois muitos moçambicanos, descontentes por ser deslocados de casa para viver em campos sob controle militar, passaram a simpatizar com a guerrilha e até a integrar-se nela.

Enquanto isso, a Frelimo desviou seus principais esforços para o Oeste. Em 1968 começaram os ataques guerrilheiros no distrito de Tete, sede do importante projeto da hidrelétrica de Cabora—Bassa, no rio Zambeze. Planejada para operar em 1975, a barragem estava sendo construída desde 1967 por Portugal e pela África do Sul. Orçada em 350 milhões de dólares, com potencial de 45 bilhões de kW/hora anuais, seria a maior fonte de energia de todo o continente africano.

A mudança de estratégia da Frelimo — que agia a partir de suas bases em Zâmbia — surpreendeu os portugueses, uma vez que o Tete parecia ser região pacífica, livre de ameaças. As ações guerrilheiras em pequena escala, realizadas desde 1964 na região por um grupo dissidente da Frelimo, tiveram pouca relevância. Em 1972, porém, a própria barragem foi

cercada por 15.000 homens. Para a Frelimo, a grande obra era um bom alvo de sabotagem, principalmente considerando que a maior parte da energia gerada se destinaria às indústrias da racista África do Sul; por outro lado, sabia da importância do projeto para quando o país se tornasse independente.

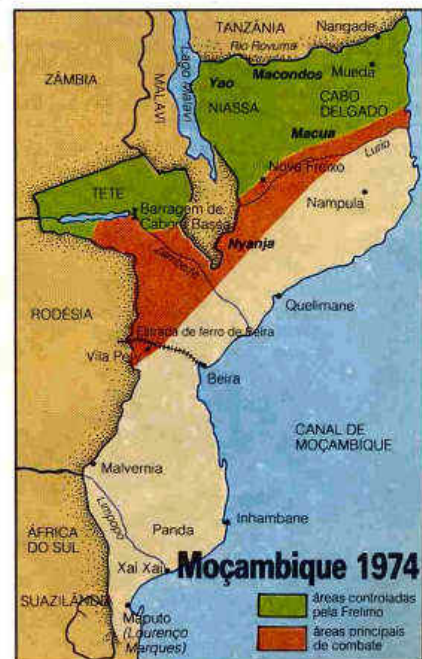
Insegura de seus objetivos e, de qualquer maneira, impossibilitada de penetrar nas linhas portuguesas, a Frelimo optou por bombardeios a longa distância e ataques às vias de acesso à barragem, mas não logrou impedir a continuidade da obra.

Mudanças internas

No desenrolar da guerra, a Frelimo passou por várias mudanças internas. O primeiro líder da organização, o antropólogo Eduardo Mondlane, formado nos EUA, foi morto em Dar-es-Salaam, capital da Tanzânia, num atentado com carta-bomba, em fevereiro de 1969. Sem ele, o movimento inclinouse para a órbita da União Soviética, especialmente após a ascensão do ex-enfermeiro Samora Machel em 1970. Contra a Frelimo, Portugal reagiu também politicamente, desenvolvendo intensa campanha de promoção social, que incluía propaganda e construção de escolas. O general Arriaga declarou ter conseguido a adesão de 90% dos guerrilheiros capturados e que, ao final da guerra, 40.000 dos seus 60.000 soldados em Moçambique eram negros. Muitos africanos serviram na elite do Exército, nos Grupos Especiais (GE) ou nos Grupos Especiais de Pára-quedistas (GEP), ao passo que a polícia de segurança portuguesa também formou unidades próprias de informação com recrutas negros, apelidados "flechas".

Mas o moral das tropas portuguesas continuava vacilante. No distrito de Tete, sua passividade defensiva permitiu que a região fosse utilizada pelos guerrilheiros da Frelimo e da União Nacional Afri-

Abaixo: O general Kaulza de Arriaga assumiu o comando da guerra em 1969. Sua Operação Nó Górdio conteve a guerrilha, embora seus críticos aleguem que, com a retirada das tropas de outras regiões, o resultado foi modesto a longo prazo



MOÇAMBIQUE 1964-84



Acima: Soldados lusos atravessam a selva de Moçambique, após uma bem-sucedida operação de ataque à Frelimo.

cana do Zimbábue (ZANU) como trampolim para o Nordeste da então Rodésia, em dezembro de 1972. Diante disso, o governo rodésiano destinou auxílio militar aos portugueses. Ironicamente, a perda de ânimo das forças coloniais lusas manifestou-se com maior intensidade na colônia onde houvera mais empenho em dar educação política às tropas.

Fracassado o intento de atingir a barragem de Cabora—Bassa, em fins de 1972 a Frelimo infiltrou-se no Sul e no Leste, no distrito de Tete. Em fins de 1973, os guerrilheiros tinham conseguido penetrar na região de Beira, cuja estrada de ferro foi alvo de violentos ataques, especialmente depois que os simpatizantes da Frelimo deixaram de usá-la para exportação de cobre (quando a Rodésia fechou a fronteira com Zâmbia).

O primeiro assassinato de um fazendeiro branco,

em janeiro de 1974, causou tumulto entre os colonos de Beira, que exigiram maior proteção do Exército. Em julho de 1974, os guerrilheiros entraram pela primeira vez na província moçambicana de Zambézia. Naquele ano, mísseis SAM-7, de fabricação soviética, passaram a desafiar a supremacia aérea de Portugal com seus oito Fiat G-91, quinze Harvard T-6, catorze Alouette e dois Puma. Nos últimos dois meses de conflito cresceram as perdas lusas, mas a Frelimo não tinha ganho a guerra quando um acordo com o novo governo de Portugal levou Moçambique à independência, em junho de 1975. Vinte e quatro países, entre eles o Brasil, reconheceram a nova República Popular de Moçambique, que foi admitida na ONU. Em 1977, a Frelimo de Samora Machel se transformou em Partido Operário e Camponês de Moçambique.

Presa a acordos econômicos e de cooperação técnica com a URSS que poucos resultados práticos lhe renderam, Moçambique só começou a estimular os investimentos internacionais depois de assinar, em março de 1984, um singular tratado de paz com a África do Sul. Por ele, os dois países — um marxista e neutro, outro capitalista e praticante da segregação racial — buscavam saídas para seus problemas.

O primeiro efeito do acordo foi a supressão do Movimento de Resistência Nacional (MRN), criado em 1975, logo após a independência, pelo dissidente Afonso Dlakama, para desestabilizar o governo da Frelimo. Com o apoio inicial dos racistas da antiga Rodésia (Zimbábue) e de ex-agentes secretos salazaristas, depois com a indistigada cobertura do regime sul-africano, o MRN sabotou ferrovias, oleodutos e usinas hidrelétricas, mas já estava enfraquecido por derrotas sofridas perante forças moçambicanas. Antes de acabar, porém, matou o redator-chefe do jornal moçambicano *Notícias*, Pedro Tiwame, numa emboscada que vitimou também a mulher e um filho dele. Δ

Abaixo: Guerrilheiro pesadamente armado avança com cautela durante operação de cerco movida pelas forças portuguesas.



GUERRA NA PAZ

OS CONFLITOS DESDE 1945

EDITORIA
rioGráfica
Lazer, Cultura e Informação

Diretoria Executiva
Oscar Neves
Filipe Zander

GRUPO EDUCAÇÃO
E CULTURA

**Planejamento e
Comercialização**

Diretor
Roberto Combochi
Gerente de Marketing
Jaime Rodrigues
Gerente de Produto
João Coutinho
Gerente de P.C.P.
Aylton Menezes
Gerente de Vendas
Valter Aparecido Lopes
Gerente de Promoção
Rubens Barbosa
Coordenadores de Promoção
Paulo Cesar M. Seixas
Edgar Mello M. Neto
Supervisor de Circulação
Norberto Martin
Supervisor de Operações
Abel Pereira Pinto

Editorial

Diretor
João J. Noro
Editor-chefe
Maurício Rittner

Projeto e Coordenação
Heloisa Feres de Faria Tavares
Administração Editorial
Heitor de Souza Paixão
Editor
Jesse Navarro

Preparador de Texto
Flávio Moreira Martins
Revisoras
Isis Augusta Loyola

María da Graça Mendonça Couto
Diretor de Arte
Anibal Monteiro

Chefe de Arte
Bonifácio Duardes Miranda
Assistentes de Arte
José Yuji Kuribayashi
Miguel Luis Escamez Simón

Colaboradores

Texto: António Graça
Paulo G. D. Salvado
Tradução: Carmen Fischer
Irémino de Araújo Faro
Consultoria: Roberto Pereira
de Andrade
Pesquisa: Rosania dos Santos
Mazzuchelli
Arte: Toshio Morobosi

| SUMÁRIO DESTA EDIÇÃO | | |
|-------------------------|-------------------|---|
| | Moçambique | 548 |
| | Ian Beckett | |
| Declínio e queda | 537 | Céu vigiado 551 |
| Francis Toase | | Martin Streetly |
| Angola | 540 | Armamentos (centrais) |
| Ian Beckett | | Caças soviéticos — parte 1 |
| Guiné | 545 | Combatentes (3.ª e 4.ª capas) |
| Ian Beckett | | Soldado de infantaria norte-vietnamita |

Créditos das fotos: Black Star; G. Bianchi/Camera Press; John Hilleison; J. P. Laffont/John Hilleison; Camera Press; J. Blair/Camera Press; M. McGeorge/Camera Press; Popperfoto; P. Lardon; Camera Press; McCann/John Hilleison; Adespot/Camera Press; L. Mangues/Camera Press; US Navy. **Mapas e ilustrações:** Bob Boneari/Colin Edwards and Partners; Gordon Beckett; Paul Bryant; Martin Streetly.

Composição: Lúcio Ferreira Júnior Artes Gráficas e Editora Ltda.
Impressão: JBIG

© Orbis Publishing Co., 1984
© Editora Rio Gráfica Ltda., 1984, para a língua portuguesa.

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

Os ventos mudam

Soberania para a África Negra

Shiftas em luta

Independência para os nômades da Somália

África, adeus

O envolvimento britânico na descolonização

São Domingos: golpe e guerra civil

Américas intervêm na República Dominicana

Distúrbios civis e política nuclear

O Exército americano da Coreia ao Vietnã

Armamentos

Caças soviéticos — parte final

PLANO DA OBRA

Esta coleção compõe-se de 76 fascículos de periodicidade semanal e terá, no seu término, um total de 7 volumes encadernados. As duas primeiras capas são descartáveis. As 16 páginas internas (miolos) de cada fascículo, sobre o histórico das guerras, formarão, no final, 5 volumes da obra **Guerra na Paz**.

As 4 páginas centrais de cada fascículo, colecionadas à parte, formarão, no final, o volume **Armamentos**. As duas últimas capas, também colecionadas à parte, formarão, no final, o volume **Combatentes**.

COMO ENCADERNAR

As capas duras para encadernar as páginas internas (miolos) de **Guerra na Paz** estarão à venda simultaneamente com as edições 19, 25, 40, 55 e 70.

Volume 1 — Deve ser montado com os elementos organizados nesta ordem: guardas, fascículo de Introdução (veiculado juntamente com o fascículo 1), miolos dos fascículos 1 a 15; e guardas.

Volumes 2 a 5 — Seguem o mesmo esquema, incluindo as guardas e frontispícios que virão junto com a capa dura. A capa 2 destina-se aos miolos dos fascículos 16 a 30. A capa 3, aos miolos dos fascículos 31 a 45. A capa 4, aos miolos dos fascículos 46 a 60. A capa 5, aos miolos dos fascículos 61 a 76, sendo este último o Índice Geral da obra.

Com a edição 76, estarão à venda também as capas duras para encadernar **Armamentos** e **Combatentes**, cujos volumes devem ser montados da seguinte maneira:

Armamentos — guardas, frontispício, páginas centrais dos fascículos 1 a 75; guardas.

Combatentes — guardas, frontispício, últimas capas dos fascículos 1 a 75; guardas.

NÚMEROS ATRASADOS

Você poderá comprar os exemplares que faltam em sua coleção pelo preço do último fascículo à venda. Peça por carta diretamente à Editora Rio Gráfica Ltda. — Rua Itapiru, 1209, Rio Comprido, CEP 20251 — Rio de Janeiro, RJ. O atendimento será feito pelo reembolso postal. Nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, as compras poderão ser efetuadas pessoalmente, nos seguintes endereços: Rio de Janeiro — Rua Itapiru, 1209, Rio Comprido; em São Paulo — Rua Frei Caneca, 1140/1152, Consolação.

Distribuidor exclusivo para todo o Brasil:
Fernando Chinaglia — Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro
Distribuidor para Portugal: Electroliber Ltda. — Rua Prof. Reinaldo dos Santos, 1448, Lisboa.